

## **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

(Em milhares de reais)

### **1 - Contexto operacional**

#### **1.1 - Atividades desenvolvidas**

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

#### **1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional**

As informações contábeis individuais e consolidadas da Minupar foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minupar entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, tributárias e parcelamentos (nota explicativa 15).

#### **1.3 - Continuidade operacional**

A administração da Companhia vem atuando fortemente na reestruturação da dívida tributária, e neste sentido, em novembro de 2017 a Companhia e suas Controladas aderiram Parcelamento instituído pela Lei 13.496/2017 - Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, permitindo parcelamentos de débitos fiscais vencidos até abril de 2017 com descontos e utilização de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação de débitos tributários.

Na mesma linha, também mantêm em andamento outros parcelamentos especiais, quais sejam: Parcelamentos Especiais das Leis 11.941/09, 12.996/14 e 13.043/14, conforme nota explicativa 15.

Importante destacar, que o passivo tributário federal, reconhecido contabilmente, inclusive o que fora indicado em parcelamentos mantidos pela Companhia, continua sendo objeto do trabalho de revisão.

Este trabalho de revisão busca a adequação da real e devida obrigação tributária que compõem o saldo contábil/fiscal, depois de analisadas dentro do enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

As operações da Companhia são em sua maioria referente contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em fase de negociação junto à outra empresa do ramo, cuja expectativa para manutenção e atendimento do contrato mostra-se de forma muito favorável, visto as condições específicas do contrato relacionadas a habilitações para atendimento de quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região de Lajeado (RS). As operações

contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de recria e granja de produção, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos. O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

## **2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis trimestrais individuais e consolidadas do período de 30 de setembro de 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

A Administração autorizou, em 13 de novembro de 2018, a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referente ao período findo em 30 de setembro de 2018.

## **3 - Resumo das principais práticas contábeis**

### **3.1 Declaração de conformidade**

#### **3.1.1 Demonstrações contábeis consolidadas**

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM).

#### **3.1.2 Demonstrações contábeis individuais**

As demonstrações contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

### **3.2 Consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

### **3.2.1 Demonstrações contábeis consolidadas**

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

### **3.2.2 Demonstrações contábeis individuais**

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

### **3.3 Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

### **3.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis**

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

### **3.5 Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

### **3.6 Contas a receber**

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

### **3.7 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

### **3.8 Impostos a recuperar**

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

### **3.9 Demais ativos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

### **3.10 Investimentos**

#### **3.10.1 Participações societárias**

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

#### **3.10.2 Propriedades para investimento**

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

### **3.11 Imobilizado**

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### **3.12 Intangível**

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme deliberação CVM nº 644/10.

### **3.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis**

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### **3.14 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### **3.15 Estimativas dos ativos e passivos contingentes**

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

### **3.16 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos**

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM nº 564/08.

### **3.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que

tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

### 3.18 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

### 3.19 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

### 3.20 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são:

- (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

### 3.21 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

## 4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Caixa	-	-	5	4
Bancos - conta corrente	-	-	166	233
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>171</b>	<b>237</b>

## 5 - Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Mercado interno	-	-	24.782	13.629
Mercado externo	-	-	6.634	4.893
(-) Provisão para perda	-	-	(730)	(714)
(-) Vendas não efetivadas	-	-	(1.325)	(637)
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>29.361</b>	<b>17.171</b>
(-) Adiantamentos de clientes	-	-	(1.047)	(1.265)
<b>Saldo líquido de contas a receber</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28.314</b>	<b>15.906</b>

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais.

## 6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Produtos prontos	-	-	725	545
Produtos em elaboração	-	-	44	92
Matérias primas	-	-	1.430	1.084
Materiais de embalagem	-	-	1.437	1.086
Materiais de manutenção	-	-	2.249	2.129
Vendas não efetivadas	-	-	654	473
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.539</b>	<b>5.409</b>

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

Através da adoção da deliberação CVM nº 597/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos acima encerrados o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

## 7 - Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
IRRF a recuperar	-	-	2	2
IRPJ a recuperar	-	1	2	3
CSLL a recuperar	2	2	2	2
PIS e COFINS a recuperar	-	-	104	41
ICMS a recuperar	-	-	1.025	1.529
ICMS a recuperar - Imobilizado	-	-	103	115
Crédito de Exportação (Reintegra)	-	-	202	202
<b>Circulante</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1.440</b>	<b>1.894</b>
Crédito prêmio IPI s/ exportações	-	-	34.369	34.369 (a)
(-) Provisão para perda	-	-	(34.369)	(34.369) (a)
ICMS a recuperar - imobilizado	-	-	87	145
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>87</b>	<b>145</b>
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1.527</b>	<b>2.039</b>

### a) Crédito prêmio IPI

O montante de R\$ 34.369 mil refere-se à saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações, oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4. Este processo foi analisado em 31 de dezembro de 2017 pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais emitiram relatório indicando a probabilidade de êxito como “possível”.

Tendo como base a avaliação apresentada no relatório dos assessores jurídicos da Companhia do processo em epígrafe, assim como as indicações constantes na norma brasileira de contabilidade técnica geral nº 25 - “NBC TG 25”, aprovada pela comissão de valores mobiliários através da instrução CVM nº 594/09, a Companhia procedeu ao reconhecimento da provisão para perda deste crédito, embora entenda que existe grande chance deste valor ser convertido no futuro.

Nos parágrafos a seguir se relata uma breve explanação sobre o histórico do processo vinculado ao crédito prêmio IPI:

No ano de 2009, com a decisão do supremo tribunal federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do decreto lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial



definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Desta forma, o saldo de R\$ 34.369 mil no ativo não circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Companhia, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de recurso voluntário ao conselho administrativo de recursos fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, conseqüentemente, não reconheceu o direito ao crédito à controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na ação ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma ação anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo ministério do desenvolvimento indústria e comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª vara federal de Brasília sob o nº. 0064091.31.2014.4.01.3400.

## 8 - Outros ativos

O montante de R\$ 12.752 refere-se a saldo de créditos oriundos de transferências financeiras realizadas com a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda, este valor foi reclassificado contabilmente em 2018 devido à ausência de vínculo societário ou qualquer vínculo que possa caracterizar a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda como parte relacionada, devida a avaliação feita para este exercício.

Anteriormente esta operação vinha sendo tratada com “parte relacionada” devido a intenção proposta inicialmente com a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda, todavia as operações não se concretizaram.

## 9 - Investimentos

### a) Participações societárias

Em 30/09/2018 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	99,99%	99,99%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2017	(214.900)	(77.904)	(292.804)
+/- Equivalência patrimonial	(2.837)	(1.033)	(3.870)
Provisão para perda de investimento em 30/09/2018	(217.737)	(78.937)	(296.674)

### b) Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	30/09/2018			31/12/2017		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	26.554	(7.110)	19.444	26.554	(7.110)	19.444
Máquinas e equipamentos	13.558	(7.445)	6.113	13.617	(7.461)	6.156
Outros	541	(346)	195	541	(346)	195
( - ) Impairment	(2.320)	-	(2.320)	(2.320)	-	(2.320)
<b>Total</b>	<b>46.075</b>	<b>(14.901)</b>	<b>31.174</b>	<b>46.134</b>	<b>(14.917)</b>	<b>31.217</b>

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de dezembro de 2017 foram avaliados por meio de cotação junto a imobiliárias, e desta avaliação não foi identificada necessidade de ajuste por perda de ativo, todavia alguns componentes patrimoniais foram avaliados de forma individual, e desta análise identificou-se R\$ 2.320 de ativos com valores superiores ao de avaliação, todos os ajustes foram devidamente registrados.

## 10 - Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	30/09/2018			31/12/2017		
		Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	15.593	-	15.593
Prédios	2,50%	70.121	(20.093)	50.028	69.454	(18.646)	50.808
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	51.934	(31.282)	20.652	50.141	(28.726)	21.415
Moveis e utensílios	8,33%	4.321	(3.076)	1.245	4.310	(2.781)	1.529
Computadores e periféricos	33,33%	1.088	(762)	326	1.066	(671)	395
Veículos	20,00%	636	(606)	30	636	(579)	57
Imobilizações em andamento	-	590	-	590	656	-	656
Outros	-	15	(14)	1	16	(13)	3
<b>Total</b>		<b>144.298</b>	<b>(55.833)</b>	<b>88.465</b>	<b>141.872</b>	<b>(51.416)</b>	<b>90.456</b>

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em
	31/12/2017					30/09/2018
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	50.808	128	-	(1.448)	539	50.027
Maquinas e equipamentos	21.415	1.374	(6)	(2.552)	422	20.653
Moveis e utensílios	1.529	21	(1)	(305)	1	1.245
Computadores e periféricos	395	32	(4)	(96)	(1)	326
Veículos	57	-	-	(27)	-	30
Imobilizações em andamento	656	895	-	-	(961)	590
Outros	3	-	(2)	-	-	1
<b>Total</b>	<b>90.456</b>	<b>2.450</b>	<b>(13)</b>	<b>(4.428)</b>	<b>-</b>	<b>88.465</b>

## 11 - Intangível

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	30/09/2018			31/12/2017		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	414	(278)	136	391	(236)	155
Marcas e patentes	-	148	-	148	148	-	148
<b>Total</b>		<b>562</b>	<b>(278)</b>	<b>284</b>	<b>539</b>	<b>(236)</b>	<b>303</b>

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	31/12/2017	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	Saldo em 30/09/2018
Softwares	155	23	-	(42)	-	136
Marcas e patentes	148	-	-	-	-	148
<b>Total</b>	<b>303</b>	<b>23</b>	<b>-</b>	<b>(42)</b>	<b>-</b>	<b>284</b>

## 12 - Empréstimos e financiamentos

Instituição	Encargos	Vcto	Controladora		Consolidado	
			30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	248	117 (a)
Banrisul - consórcio	-	-	-	-	40	39
		<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>288</b>	<b>156</b>

  

Instituição	Encargos	Vcto	Controladora		Consolidado	
			30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	371	1.056 (a)
Banrisul - Consórcio	-	-	-	-	243	261
		<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>614</b>	<b>1.317</b>

a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

## 13 - Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	276	277	8.339	6.710
<b>Total</b>	<b>276</b>	<b>277</b>	<b>8.339</b>	<b>6.710</b>

Conforme determina a deliberação CVM nº 564/08, a partir de 2015 a administração da Companhia suspendeu o reconhecimento do ajuste a valor presente pelo fato dos fornecedores tratarem-se de operações passivas de curto prazo sobre as quais o ajuste a valor presente não produz efeito relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis.

#### 14 - Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Provisões de férias e 13º salário	-	-	12.228	7.581
Salários / Pró-labore a pagar	150	150	2.336	2.449
Rescisões a pagar	-	-	37	16
Outras obrigações a pagar	-	-	810	2.604
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>150</b>	<b>15.411</b>	<b>12.650</b>

#### 15 - Obrigações tributárias e parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
<b>Obrigações tributárias - Circulante</b>				
INSS	3	4	197.798	201.040
IRPJ / CSLL	-	-	107.839	103.264
PIS / COFINS	-	-	16.889	15.670
ICMS	-	-	1.726	1.702
IRRF	-	1	392	430
FGTS	-	-	379	565
Impostos retidos	-	-	418	396
Outros	-	-	2.023	2.023
<b>Subtotal</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>327.464</b>	<b>325.090</b>
<b>Parcelamentos - Circulante</b>				
Parcelamento - PERT	-	-	1.087	1.006 (a)
Parcelamento - Lei 12.996/14	24	23	1.815	1.736
Parcelamento - Lei 11.941/09	8	8	8	8
Parcelamento - FGTS	-	-	637	628
Parcelamento - ICMS	-	-	320	1.336
Parcelamento - IOF	-	-	85	73
Parcelamento - Ordinário	-	-	2.261	-
<b>Subtotal</b>	<b>32</b>	<b>31</b>	<b>6.213</b>	<b>4.787</b>
<b>Total - Circulante</b>	<b>35</b>	<b>36</b>	<b>333.677</b>	<b>329.877</b>

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
<b>Parcelamentos - Não circulante</b>				
Parcelamento - PERT	-	-	11.075	11.147 (a)

Parcelamento - Lei 12.996/14	247	255	18.612	19.525
Parcelamento - Lei 11.941/09	42	47	42	46
Parcelamento - FGTS	-	-	6.674	7.000
Parcelamento - ICMS	-	-	756	883
Parcelamento - IOF	-	-	35	104
Parcelamento - Ordinário	-	-	8.018	-
<b>Total - Não circulante</b>	<b>289</b>	<b>302</b>	<b>45.212</b>	<b>38.705</b>

a) A Companhia aderiu ao PERT - programa especial de regularização tributária, concluindo a formalização do pedido de parcelamento em novembro de 2017, todos os efeitos da adesão foram devidamente calculados e registrados.

Abaixo apresentamos um breve resumo dos valores apurados no PERT:

<b>Total dos débitos incluídos no PERT</b>	<b>56.548 (i)</b>
( - ) Pagamentos efetuados até dezembro de 2017 (entrada)	(11.332)
( - ) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
( - ) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
<b>Saldo remanescente em 31/12/2017 parcelado em 145 vezes</b>	<b>12.153</b>
( + ) Atualização Selic de Jan-18 até Set-18	802
( - ) Pagamentos efetuados de Jan-18 até Set-18	(793)
<b>Saldo remanescente em 30/09/2018</b>	<b>12.162</b>
Circulante	1.087
Não circulante	11.075
<b>Total</b>	<b>12.162</b>

(i) O montante de R\$ 56.548, regularizado através do PERT refere-se aos seguintes débitos:

<b>Esfera</b>	<b>Natureza</b>	<b>Valor</b>
Secretaria da receita federal do Brasil	Débitos previdenciários	8.078
	Demais débitos	1.729
Procuradoria-geral da fazenda	Débitos previdenciários	856
	Demais débitos	45.885
<b>Total</b>		<b>56.548</b>

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se a prejuízo fiscal e base de cálculo negativa utilizados para quitação do saldo remanescente em 31 de dezembro de 2017 dos débitos vinculados à esfera da secretaria da receita federal do Brasil, estes foram regularizados no PERT através da modalidade prevista no parágrafo I, artigo 2, da lei 13.496/17, o qual previa:

*“pagamento em espécie de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em até cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e a liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou de outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com a possibilidade de pagamento em espécie de eventual saldo*

*remanescente em até sessenta prestações adicionais, vencíveis a partir do mês seguinte ao do pagamento à vista.”*

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se a anistia de multa, juros e encargos legais concedidas através do item “b”, parágrafo II, artigo 3 da lei 13.496/17, o qual previa:

*“pagamento em espécie de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante:...*

*...”item b” parcelado em até cento e quarenta e cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora, 50% (cinquenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas e 100% (cem por cento) dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios;”*

No quadro a seguir consta o racional e memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	R\$
Procuradoria-Geral da Fazenda	Débitos previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
Total			46.741	(9.349)	37.392	25.218	

## 15.1 Programas de parcelamentos fiscais

A Companhia incluiu a maioria dos passivos tributários existentes em 2009, 2010 e 2013 na MP 470/2009 e nos parcelamentos advindos das leis 11.941/2009 e 12.996/2014, bem como a quitação antecipada de alguns parcelamentos existentes com base na lei nº 13.043/2014, contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída do parcelamento da lei 11.941/2009, por inadimplência. Com a adesão à MP 470/2009 a controlada Companhia Minuano reconheceu a inexistência do crédito prêmio IPI - exportação posterior a 05 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento integral do referido crédito, no exercício de 2006, a controlada o ofereceu à tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito. Tal compensação não foi reconhecida pelo Fisco sendo que os referidos débitos são objeto de cobrança. Em momento oportuno, a Controlada estará levando a discussão esse tema, visto que boa parte do valor que originou o referido débito no ano de 2006, foi reformulado mediante a decisão do STF em limitar em 05 de outubro de 1990 o direito ao crédito prêmio IPI - exportação.

### 15.1.1 Medida provisória nº 470/2009

A Companhia formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na medida provisória nº 470/2009. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de “principal” dos tributos, com benefícios de redução de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante liquidado com créditos tributários de IRPJ e CSLL decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, em montante aproximado de R\$ 61 milhões. Em 30 de outubro de 2012, a receita federal do Brasil indicou inconsistências nos saldos de prejuízos fiscais apresentados pela controlada. Tais alegações de inconsistências foram objeto de ação administrativa protocolada em 29 de novembro de 2012. No quadro abaixo, segue a apresentação dos saldos decorrentes deste parcelamento à época.

<b>MP 470/2009</b>	
Passivo tributário objeto da MP 470/2009	61.896
(-) Reduções da MP 470/2009	(24.213)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(37.683)
<b>Total</b>	<b>-</b>

Contudo, conforme assessoria jurídica da controlada indireta, há uma probabilidade possível de exclusão de valores do parcelamento no montante de R\$ 35.279 mil.

#### 15.1.2 Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, contudo a validação destas liquidações por parte da receita federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, ocorrerá no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

<b>Lei nº 12.996/2014</b>	
<b>Passivo tributário parcelado</b>	<b>76.297</b>
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
<b>Total líquido do passivo tributário aderido</b>	<b>27.900</b>

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

### 15.1.3 Lei nº 13.043/2014

Em novembro/2014, a Companhia aderiu a quitação antecipada de parcelamentos previdenciários conforme previsto no art. 33 da MP 651/2014, convertida na lei nº 13.043/2014.

Com esta adesão, a Companhia quitou antecipadamente alguns parcelamentos previdenciários através do pagamento de 30% do saldo existente na data da adesão, bem como com a utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para quitação do saldo remanescente, após o referido pagamento, na mesma data, conforme resumo a seguir:

Lei nº 13.043/2014	
Passivo tributário parcelado	507
(-) Pagamentos da lei 13.043/2014	(152)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(355)
<b>Total</b>	<b>-</b>

## 16- Impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	334	334
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	120	120
<b>Total - Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>454</b>	<b>454</b>
IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	11.931	12.193
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	4.295	4.389
<b>Total - Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.226</b>	<b>16.582</b>

## 17 - Partes relacionadas

### a) Remuneração dos administradores

A remuneração global anual dos administradores da Companhia, tanto de suas controladas diretas como de sua controlada indireta foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 25 de abril de 2018 da seguinte forma:

- a) Minupar - em até R\$ 250 mil;
- b) Sulaves - em até R\$ 250 mil;
- c) Valepar - em até R\$ 250 mil; e
- d) Minuano - em até R\$ 1.200 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração percebida no terceiro trimestre de 2018:



	Controladora	Consolidado
Conselho de administração	70	70
Diretoria executiva	54	540

## b) Operações de mútuo

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Agostinho Carrer Part. Ltda	-	12.752	-	12.752 (i)
Valepar S/A	514	514	-	-
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-
<b>Total</b>	<b>5.774</b>	<b>18.526</b>	<b>-</b>	<b>12.752</b>
Passivo não circulante	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Serra do Roncador Part. Ltda	-	-	22.867	22.000
Companhia Minuano	11.040	10.690	-	-
Acionistas e outros	8.564	6.939	8.564	6.939
<b>Total</b>	<b>19.604</b>	<b>17.629</b>	<b>31.431</b>	<b>28.939</b>

- (i) O montante de R\$ 12.752 referente crédito junto a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda foi reclassificado contabilmente, devido à ausência de vínculo societário entre as empresas (Nota explicativa 8).

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas possuem prazos e juros estipulados para recebimento e liquidação.

## 18 - Provisão para contingência

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos. No período se apresentavam as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	Provisão para contingência			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
31/12/2017	13.593	13.246	281	27.120
Movimentação (Adições-Baixas)	2.781	3.961	-	6.742
30/09/2018	16.374	17.207	281	33.862

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 30 de setembro de 2018, processos judiciais com probabilidade de risco de perda "possível" na quantia de R\$ 63.652, destes R\$ 42.358 relativos a natureza civil e R\$ 21.294 relativos a natureza trabalhista.

## 19 - Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O Capital social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 7.100.100 mil (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

#### b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

#### c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

#### d) Dividendos

Quando aplicável e de acordo com o estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

#### e) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

### 20 - Cobertura de seguros

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, a vigência do seguro corresponde ao período de abril de 2018 até abril de 2019, conforme demonstrado abaixo no quadro de valores em risco declarados:

Local de risco	Prédio	Máquinas	Mercadorias
Sede Administrativa	3.500	1.540	-
Abatedouros	27.000	36.500	5.500
Fábrica de embutidos	4.800	6.500	1.500
Fábrica de rações	7.000	4.500	1.500
Incubatório	5.000	4.000	300
Central de ovos	1.000	500	-
Granjas	8.892	400	300
<b>Total</b>	<b>57.192</b>	<b>53.940</b>	<b>9.100</b>

No que se refere à cobertura de estoques, a mesma prevê como critério de indenização para mercadorias e matéria prima o valor de venda ou de produção, limitado ao que for menor.

## 21 - Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

**a) Risco de crédito:** É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

**b) Risco de preço:** Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

**c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 23% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;

**d) Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

## 22 - Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada:

	30/09/2018			30/09/2017		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Receita bruta de produtos e serviços	123.420	34.099	157.519	119.138	30.329	149.467
(-) Impostos	(7.814)	-	(7.814)	(6.362)	-	(6.362)
(-) Devoluções	(276)	(466)	(742)	(669)	-	(669)
Receita líquida de produtos e serviços	115.330	33.633	148.963	112.107	30.329	142.436

### 23 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Salários	-	-	37.199	36.779
Matérias primas	-	-	18.603	18.124
Encargos sociais	-	-	9.656	9.208
Energia elétrica	-	-	9.297	9.346
Manutenção Industrial	-	-	6.479	7.048
Benefícios a empregados	-	-	7.177	6.716
Depreciações	-	-	4.238	4.457
Férias e 13º salário	-	-	7.059	7.650
Serviço de terceiros	-	-	3.927	3.778
Materiais de embalagem	-	-	3.446	2.556
Combustíveis e lubrificantes	-	-	1.323	1.208
Locações / Aluguéis	-	-	1.055	1.111
Indenizações trabalhistas	-	-	1.094	773
Equipamento de proteção	-	-	913	931
Taxas e encargos legais	-	-	462	903
Análises laboratoriais	-	-	898	618
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	445	385
Outros gastos	-	-	1.826	1.064
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>115.097</b>	<b>112.655</b>

### 24 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Salários	124	85	2.001	1.815
Serviço de terceiros	95	88	1.374	1.329
Encargos sociais	25	(1)	372	443
Benefícios a empregados	-	-	366	319
Depreciações	-	-	228	241
Férias e 13º salário	-	-	292	325
Manutenção industrial	-	-	42	73
Taxas e encargos legais	-	-	54	52
Publicidade e propaganda	-	-	-	75
Energia elétrica	-	-	56	50
Outros gastos	81	112	379	613
<b>Total</b>	<b>325</b>	<b>284</b>	<b>5.164</b>	<b>5.335</b>

## 25 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	4.361	3.213
Custos aduaneiros	-	-	1.288	1.355
Salários	-	-	349	328
Serviço de terceiros	-	-	262	292
Publicidade e propaganda	-	-	241	176
Comissões sobre vendas	-	-	206	129
Outros gastos	-	-	182	351
Férias e 13º salário	-	-	65	71
Depreciações	-	-	4	5
Análises laboratoriais	-	-	2	62
Encargos sociais	-	-	65	83
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.025</b>	<b>6.065</b>

## 26 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Encargos financeiros	-	-	190	61
Despesas gerais	-	3	506	379
Custo na alienação de ativos	-	-	10	62
Provisão para contingências	-	-	9.478	5.027
Despesas sob processos	-	-	29	-
Reversão de créditos tributários	-	-	60	352
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>10.273</b>	<b>5.881</b>

## 27 - Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Créditos tributários	-	-	590	597
Receitas gerais	-	-	162	62
Receita na alienação de ativos	-	-	390	452
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.142</b>	<b>1.111</b>

## 28 - Despesas financeiras

As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Juros de atualização de dívidas tributárias	10	44	13.494	19.843
Juros de operações com partes relacionadas	1.626	508	4.672	5.730
Pis/Cofins s/receita financeira	-	-	48	2
Despesas decorrentes de títulos descontados	-	-	209	869
Descontos financeiros concedidos	-	-	179	150
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	72	130
Juros sobre compra a prazo	-	-	92	94
Variações cambiais passivas	-	-	100	9
Outras despesas financeiras	-	-	158	138
<b>Total</b>	<b>1.636</b>	<b>552</b>	<b>19.024</b>	<b>26.965</b>

## 29 - Receitas Financeiras

As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Variações cambiais ativas	-	-	533	-
Descontos financeiros obtidos	-	-	53	59
Outras receitas financeiras	-	106	57	184
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>106</b>	<b>643</b>	<b>243</b>

### 30 - Informações por segmento

A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- a) Industrializados:** Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;
- b) Frigorífico - Abate e processamento de aves:** Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades frigoríficas resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:





### 31 - Resultado por ação

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

Quantidade de ações em 30/09/2018	7.100
Prejuízo líquido do exercício (consolidado)	(5.835)
Resultado diluído por ação	(0,82182)

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

### 32 - Outras informações

Em assembleia geral ordinária realizada em 25 de abril de 2018, a Companhia elegeu seu conselho de administração, com mandato de 1 ano, composto por: Chao En Ming, Antonio Carlos Rago Cano, Cynthia Christina da Silva Vello e Welinton Balderrama dos Reis, no mesmo dia também foi realizada a primeira reunião do novo conselho de administração, o qual nomeou os membros para diretoria executiva estatutária da Minupar Participações S.A., com mandato de 1 ano, composta por: Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora presidente, Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora, e Sr. Samuel Heydt como diretor de relações com investidores.

Com relação as controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A., em assembleia geral ordinária realizada no dia 25 de abril de 2018, foram eleitos: Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora presidente, Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora, e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano, e quanto a controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foram nomeados: Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora presidente, Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano.

**Conselho de Administração**

Antonio Carlos Rago Cano  
Presidente

Welinton Balderrama dos Reis  
Vice-Presidente

Chao En Ming  
Conselheiro

Cynthia Christina da Silva Vello  
Conselheira

**Diretoria Executiva**

Carla Luciane Diedrich  
Diretora Presidente

Margareth Schacht Herrmann  
Diretora

Samuel Heydt  
Diretor de Relações com Investidores

**Contador**

Fernando Ataide Silva Jorge  
Contador - CRC/RS 076618/O-0